



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-970
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.ls.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO

Gestão 2017/2020

LEI Nº. 063/2017

19/12/2017

SÚMULA: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Laranjeiras do Sul para o Exercício Financeiro de 2.018.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Laranjeiras do Sul Estado do Paraná, para o exercício Financeiro de 2018, compreendendo o Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social do Município e os Fundos Municipais, estima a Receita em R\$ 88.250.000,00 (Oitenta e Oito Milhões e Duzentos e Cinquenta Mil Reais), assim distribuídos:

I – R\$ 78.250.000,00 (Setenta e Oito Milhões, Duzentos e Cinquenta Mil Reais), do Orçamento Fiscal referentes aos Poderes Executivo, Legislativo e aos Fundos Municipais de contabilidade centralizada legalmente instituídos;

II – R\$ 10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais), do Orçamento da Seguridade Social do Município que compreende o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Laranjeiras do Sul.

Art. 2º A Receita consolidada do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social será realizada de acordo com a legislação específica em vigor segundo as seguintes estimativas:

I – RECEITAS DE CONTABILIZAÇÃO CENTRALIZADA **ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDOS CENTRALIZADOS**

-RECEITAS CORRENTES	84.413.200,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	12.376.100,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.330.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	736.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	149.600,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	68.591.500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	230.000,00
- RECEITAS DE CAPITAL	2.110.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00
TOTAL	86.523.200,00

(-) DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	8.273.200,00
(=) TOTAL LIQUIDO	78.250.000,00

II – RECEITAS DE CONTABILIZAÇÃO DESCENTRALIZADAS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE
LARANJEIRAS DO SUL.

- RECEITAS CORRENTES	4.400.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.035.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.165.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	200.000,00
- RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (Contribuição Patronal, Repasses)	5.600.000,00
TOTAL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	10.000.000,00
TOTAL DA RECEITA CONSOLIDADA	88.250.000,00

Art. 3º A Despesa Fixada no Orçamento Fiscal é de R\$ 78.000.000,00 (Setenta e Oito Milhões de Reais), discriminada por Órgãos na forma no anexo IX – Despesa por Órgãos e Funções conforme abaixo descrito:

PODER LEGISLATIVO	3.378.000,00
CÂMARA MUNICIPAL	3.378.000,00

PODER EXECUTIVO	74.872.000,00
GOVERNO MUNICIPAL	939.000,00
PROCURADORIA GERAL	341.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	450.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GESTÃO	1.203.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	4.519.040,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	1.891.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	16.752.840,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	24.837.700,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO	9.980.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO	3.162.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	611.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL E SEG DA FAMÍLIA	3.032.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULT ABAST E MEIO AMBIENTE	2.062.460,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	497.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE	200.000,00
CONTROLADORIA INTERNA	170.000,00
PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS	250.000,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	3.578.960,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	395.000,00
TOTAL DO ORÇAMENTO FISCAL	78.250.000,00

Art. 4º A Despesa Fixada no Orçamento da Seguridade Social é de R\$ 10.250.000,00 (Dez Milhões Duzentos e Cinquenta Mil Reais), discriminada por Órgãos na forma no anexo IX – Despesa por Órgãos e Funções conforme abaixo descrito:

-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LARANJEIRAS DO SUL	10.000.000,00
---	---------------

TOTAL DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	10.000.000,00
TOTAL CONSOLIDADO	88.250.000,00

Art. 5º A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo de conformidade com o anexo II e VI, integrantes desta Lei.

Art. 6º São aprovados os Planos de Aplicação dos seguintes Fundos Municipais de contabilidade centralizada, integrantes do Orçamento Fiscal, nos termos do Parágrafo 2º do artigo 2º da Lei Federal 4.320/64 de 17 de março de 1.964.

I – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LARANJEIRAS DO SUL, criado pela Lei Municipal N.º 026/1992 de 28/05/1.992, que fixa as despesas a serem realizadas pelo mencionado Fundo no exercício de 2018, na importância de R\$ 16.431.840,00 (Dezesseis Milhões Quatrocentos e Trinta e Um Mil Oitocentos e Quarenta Reais);

II – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, criado pela Lei Municipal N.º 149/1992 de 14/10/1992, que fixa as despesas a serem realizadas pelo citado Fundo no exercício de 2018, na importância de R\$ 533.000,00 (Quinhentos e trinta e Três Mil Reais);

III – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FAS, criado pela Lei Municipal N.º 024/1995 de 18/09/1995, que fixa as despesas a serem realizadas pelo mencionado Fundo no exercício de 2018, na importância de R\$ 678.000,00 (Seiscentos e Setenta e Oito Mil Reais);

IV – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, criado pela Lei Municipal N.º 053/2002 de 20/09/2002, que fixa as despesas a serem realizadas pelo mencionado Fundo no exercício de 2018, na importância de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais);

V – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE – FUNDERMA criado pela Lei Municipal N.º 004/2002 de 11/04/2002 que fixa as despesas a serem realizadas pelo mencionado Fundo no exercício de 2018, na importância de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais);

VI – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, criado pela Lei Municipal N.º 041/2007 de 25/07/2007 que fixa as despesas a serem realizadas pelo citado Fundo no exercício de 2018, na importância de R\$ 230.000,00 (Duzentos e Trinta Mil Reais).

Art. 7º Fica igualmente aprovado o Orçamento da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE LARANJEIRAS DO SUL**, entidade de administração indireta instituída pela Lei Municipal N.º 25/1999 de 16/12/1999, de contabilização centralizada, integrante do Orçamento Fiscal do Município, cuja fixação orçamentária para o exercício de 2018, somou a importância de R\$ 380.000,00 (Trezentos e Oitenta Mil Reais).

Art. 8º O Orçamento da Seguridade Social do Município, relativo ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LARANJEIRAS DO SUL**, criado pela Lei Municipal N.º 046/2001 de 26/12/2001, de

contabilidade descentralizada, é fixado para o exercício de 2018 em R\$ 10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais).

Art. 9º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, em consonância, com o artigo 36, seu inciso e parágrafo, da Lei Municipal N.º 023/2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO, para o exercício de 2018 a:

I – realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita, até o limite previsto na legislação vigente;

II – realizar Operações de Crédito, até o limite definido em Lei específica;

III – proceder à abertura de créditos adicionais suplementares ao Orçamento Fiscal até o limite de 10% (dez por cento), do total geral da receita fixada para o exercício de 2018, nos termos da legislação vigente, utilizando-se como recursos para a cobertura dos mesmos a anulação total ou parcial de dotações nos termos do inciso III do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal N.º 4320/64 de 17/03/64;

IV – proceder à abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recursos o previsto no inciso I, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, até o limite da efetiva existência dos recursos de Superávit Financeiro nas fontes de recursos livres e vinculados, devidamente apurados no Balanço Patrimonial do exercício anterior;

V – proceder à abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recursos o previsto no inciso II do Parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, mediante a efetiva ocorrência da tendência de Excesso de Arrecadação nas respectivas fontes de recursos vinculadas e não vinculadas;

VI – proceder à abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso IV do Parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal N.º 4.320/64, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos de crédito celebrados no exercício;

VII – transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma para outra categoria econômica ou de um para outro órgão programa ou projeto/atividade, nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal e também proceder ao remanejamento e a compensação entre fontes, e a criação de fontes de recursos dentro da mesma dotação orçamentária, quando da abertura de créditos adicionais que utilizem como recurso o cancelamento de dotações;

VIII – proceder à utilização de recursos do congelamento da dotação de Reserva de Contingência, para a cobertura de créditos adicionais abertos, para o atendimento das situações especificadas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

IX – O Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder a redistribuição das dotações do grupo de natureza de despesa correspondente a pessoal e encargos sociais, em cada unidade orçamentária ou de uma para outra unidade, referente a Lei Orçamentária 2018, nos termos previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, e artigo 66 § único, da Lei federal n.º 4.320/64.

§ 1º A abertura dos Créditos autorizados nos incisos IV, V, VI, VII, e VIII, não são considerados para fins do limite da autorização constante do Inciso III.

§ 2º A autorização contida no inciso III é extensiva ao Presidente da Câmara Municipal no concernente ao Orçamento próprio do Poder Legislativo Municipal, e ao Prefeito Municipal, no que diz respeito ao Orçamento da Seguridade Social, considerando-se como limite definido em relação ao total da despesa fixada nos respectivos orçamentos.

Art. 10. Na abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo anterior ou decorrentes de autorizações específicas com recursos provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias, ficam autorizados o Executivo Municipal e o Legislativo Municipal a efetuar transposição, remanejamentos ou transferências de dotações de uns para outros órgãos, programas, fundos ou categorias de programação dentro da respectiva esfera de governo nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal e utilizar as dotações da Reserva de Contingência para cobertura de Créditos Adicionais abertos para o atendimento das situações especificadas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 11. O Poder Executivo fica ainda autorizado a tomar medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite permitido.

Art. 12. Fica autorizada a redistribuição e o remanejamento das dotações de despesas de pessoal previstas no caput do artigo 18 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2.000, na mesma unidade orçamentária ou de uma para outra unidade orçamentária os programas de governo consoante o previsto no parágrafo único do artigo 66 da lei federal 4.320/64.

Art. 13. Fica autorizado o Executivo Municipal a readequar a codificação de órgãos, unidades orçamentárias, funcional e outras relacionadas à previsão da receita e a fixação da despesa constantes dos anexos integrantes do orçamento fiscal e seguridade social para o exercício de 2018 aprovados por esta Lei visando à compatibilidade dos mesmos com o Plano Plurianual PPA 2018/2021, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO 2018 (Lei N.º 023/2017), e com o layout do sistema SIMAM, definido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Parágrafo Único – A readequação será formalizada por Decreto do Executivo Municipal e deverá se proceder à republicação dos quadros, anexos e demonstrativos que integram os orçamentos ora aprovados.

Art. 14. Fica o Chefe do Poder executivo Municipal autorizado, nos termos do Art. 62 da Lei Complementar 101 de 2000 a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a Segurança Pública, Assistência Jurídica, Serviço de Transito e incentivo ao Emprego, mediante prévio firmamento de convenio, ou instrumento congênere.

Art. 15. É publicado em anexo a esta Lei o Quadro I contendo a atualização da estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de

caráter continuado a que se refere o artigo 40 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018 (Lei Municipal N.º 023/2017 de 20 de Junho 2.017).

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2.018, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de Dezembro de 2.017.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO I

ATUALIZAÇÃO DA ESTIMATIVA DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO – ART. 40 DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS LDO 2018.

-Em cumprimento ao disposto no artigo 40 da Lei Municipal N.º 023/2017 de 20/06/2017 LDO 2018, é de R\$ 6.829.250,44 (Seis Milhões Oitocentos e Vinte e Nove Mil Duzentos e Cinquenta Reais e Quarenta e Quatro Centavos), tal valor foi obtido mediante o cálculo do ganho real de arrecadação projetada para 2018.

MARGEM DE EXPANSÃO PARA 2018

DESCRIÇÃO	VALORES
1 – Receitas Correntes – média arrecadação em 2017 01/01/2017 a 31/08/2017 = 47.613.833,03 : 8 = 5.951.729,13 X 12 =	71.420.749,56
2 – Previsão Orçamentária para 2018	78.250.000,00
3 – Aumento Real da Arrecadação	6.829.250,44
4 – Margem Utilizada	5.800.000,00
- Novas Admissões e Concessão de Vantagens aos Servidores	1.000.000,00
- 10% de Reajuste aos Servidores	3.400.000,00
- Crescimento de Despesas com Gastos Sociais	300.000,00
- Manutenção de Novas Obras Executadas no Exercício	800.000,00
- Outros	300.000,00
5 – Saldo (3-4)	1.029.250,44

**Publicação, com assinatura, feita no Jornal Correio do Povo do Paraná
Edição nº 2800 – de 28/12/2017.**